

No dia 16 do mês de abril de 2026, às 10:00h, realizou-se a reunião mensal do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Social do Município de Sarzedo - IPRES, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Educação. Estiveram presentes a Sra. Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva, o Sr. Fábio Henrique Gomes e a Sra. Valdirene Araújo Lacerda Santos. Na abertura, a Sra. Cléia apresentou o **Relatório da Carteira de Investimentos** referente a março de 2026, informando que o **patrimônio** do IPRES alcançou R\$162.178.478,28, distribuído da seguinte maneira: R\$134.723.496,34 em **renda fixa**, R\$17.637.153,20 em **renda variável**, R\$8.617.079,64 em **fundos estruturados** e R\$1.200.749,10 em investimentos no **exterior**. Em seguida, foi analisado o **enquadramento da carteira** em relação aos limites estabelecidos pela Política de Investimentos e pela Resolução nº 5.272/2025 do Conselho Monetário Nacional, sendo identificados alguns desenquadramentos, ressaltando-se, contudo, que a norma prevê prazo de até dois anos para adequação dos RPPS, permitindo a manutenção de fundos ainda regidos pela Resolução nº 4.963/2021, o que caracteriza desenquadramento passivo e não irregularidade. Posteriormente, verificou-se que a **rentabilidade** no mês foi de 0,63% e, no acumulado do ano, de 4,07%, frente a uma meta anual de 3,34%, resultando em um **Gap** positivo de 0,73%. Na sequência, foi analisado o **Relatório de Risco** onde foram avaliados os indicadores de **risco de Mercado**, destacando-se o **VAR** de um dia útil de 0,28%, conforme o Dashboard da consultoria. No Relatório de Riscos de Mercado, observou-se que o **VAR** atingiu 1,27% no mês e 4,39% em doze meses, superior ao período anterior. A **volatilidade** registrou 1,07% no mês e 2,08% em doze meses, também em elevação. O índice de **Treynor** foi de -0,52% no mês e 0,14% em um ano, apresentando queda. O **Drawdown** ficou em 0,21% no mês e 0,21% em doze meses, com aumento em relação ao período anterior. Já o índice de **Sharpe** alcançou -1,96% no mês e 0,79% em doze meses, com redução frente ao mês anterior. O **risco de crédito** segue sendo monitorado por meio da diversificação e da análise dos ratings de crédito das instituições financeiras, inclusive elaborando relatórios semestrais que demonstram essa análise de diligência e verificação de lastros. O **risco de solvência** permanece adequado, em conformidade com a avaliação atuarial e o Estudo de ALM do IPRES. O **risco sistêmico** continua sendo acompanhado diante da solidez do sistema financeiro nacional e das oscilações do cenário econômico global. O **risco reputacional** é monitorado por meio da análise constante de informações e notícias relacionadas às instituições financeiras. O **risco operacional** é avaliado com base nas práticas de governança dos gestores e administradores, incluindo regulamentos, políticas de risco, segregação de funções e transparência. O **risco legal** é acompanhado pela verificação contínua da conformidade das operações com a legislação aplicável e eventuais alterações normativas. Quanto ao

Assante

**risco de liquidez**, este permanece dentro dos limites estabelecidos, considerando a duração do passivo até 2048, conforme o novo cálculo atuarial apresentado, estando distribuído em 85,86% dos recursos com liquidez entre zero e trinta dias; 5,93% entre um a dois anos; 5,21% entre trinta e um e cento e oitenta dias; 2,07% acima de dois anos; 0,89% entre cento e oitenta e um e trezentos e sessenta e cinco dias; e 0,05% em um fundo de FIP com regras específicas quanto a sua liquidez. Com base na análise dos riscos, verificou-se o desenquadramento dos fundos de crédito privado e de investimentos no exterior, classificados como passivos, podendo permanecer na carteira por até dois anos, conforme a Resolução CMN nº 5.272/2025. Dando continuidade, foi analisado o **Relatório Focus** do Banco Central, divulgado em 13 de abril, que apresentou as seguintes projeções: **IPCA** em 4,71%, projetado a cinco semanas; **PIB** em 1,85%, à duas semanas; **taxa de câmbio** em R\$5,37, com queda a uma semana; e a **taxa Selic** projetada em **12,50%** para o final de 2026, mantendo-se a expectativa de 10,50% para dezembro de 2027 e 10% para o encerramento de 2028. Posteriormente, os membros do Comitê iniciaram discussão acerca do **cenário econômico** de 2026, onde, no cenário internacional, observou-se que, o cenário econômico global em 2026 é marcado por um ambiente de incerteza, com desaceleração do crescimento e aumento das pressões inflacionárias, fortemente influenciado pelos efeitos da guerra no Oriente Médio. O conflito tem impactado diretamente os preços de energia e cadeias logísticas internacionais, o que já se reflete nos resultados de grandes empresas e nas revisões de projeções por organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional-FMI. Nos **Estados Unidos**, neste mês de abril, o conflito com o Irã encontra-se em fase de cessar fogo temporário de duas semanas, acordado em 10 de abril, após ataques iniciados em 28 de fevereiro de 2026. Apesar da trégua, os EUA mantêm bloqueio naval total aos portos iranianos desde 13 de abril, medida que pode gerar perdas diárias. No cenário econômico, os EUA apresentam crescimento projetado de 2% para 2026, inflação estimada em 2,6% e taxa de desemprego em 4,5%. O Federal Reserve mantém postura cautelosa, com expectativa de cortes limitados de juros ao longo do ano devido à persistência inflacionária. A bolsa reagiu positivamente ao anúncio do cessar-fogo, registrando seu melhor desempenho diário de 2026. Contudo, o FMI alerta que a retomada do conflito e uma nova alta do petróleo representam risco de recessão global. Na **China**, observa-se um cenário de crescimento mais moderado, influenciado principalmente pela desaceleração da demanda global e pelos efeitos indiretos da guerra sobre o comércio internacional. Apesar disso, o país ainda conta com instrumentos de estímulo interno que ajudam a sustentar sua atividade econômica, evitando uma desaceleração mais acentuada. A **Europa**, por sua vez, apresenta um dos cenários mais desafiadores entre as principais economias globais. A forte dependência de energia importada torna a região mais

1  
Avanti

vulnerável à alta dos preços do petróleo e do gás, resultando em inflação mais elevada e crescimento econômico reduzido. Esse contexto aproxima a economia europeia de um quadro de estagnação com inflação, exigindo cautela por parte das autoridades monetárias. No **Brasil**, o cenário é relativamente mais equilibrado. As notícias de mercado mostram forte impacto do acordo de cessar-fogo entre EUA e Irã, que elevou o apetite ao risco global. O país tem sido parcialmente beneficiado pelo aumento dos preços das commodities, o que contribui para a entrada de capital externo e valorização dos ativos domésticos. Esse movimento se reflete no desempenho positivo do mercado financeiro, com o Ibovespa atingindo níveis recordes e o dólar apresentando queda significativa, sendo cotado a R\$ 4,99 em determinados momentos. Esse desempenho foi favorecido pela entrada de capital estrangeiro, diferencial de juros no Brasil e redução da aversão ao risco global, embora ainda haja incertezas relacionadas à estabilidade do cessar-fogo e ao cenário geopolítico. Por outro lado, a inflação ainda apresenta pressões, como evidenciado pela alta do IPCA-15 acima do esperado, o que mantém a política monetária em patamar restritivo. Ainda assim, o FMI elevou a projeção de crescimento do país para 2026, indicando uma perspectiva de expansão moderada, enquanto a previsão do crescimento global cai de 3,3% para 3,1%, para o Brasil a previsão é de aumento de 1,6% para 1,9%, sendo que o país conta também com alta de 0,1% no setor de serviços conforme divulgado pelo IBGE na última terça-feira 14/04/2026. Dessa forma, o panorama econômico global é caracterizado inflação pressionada e elevada incerteza, com impactos distintos entre as regiões. Enquanto os Estados Unidos demonstram maior resiliência e a China busca estabilidade por meio de estímulos, a Europa enfrenta maiores dificuldades, e o Brasil se posiciona em uma situação intermediária, combinando desafios inflacionários com oportunidades decorrentes do cenário externo. Logo depois, foi apresentado e analisado o **Relatório Semestral de Diligência e Verificação de Lastro** referente ao segundo semestre de 2025, elaborado em conformidade com a legislação vigente, o qual evidenciou que a gestão dos investimentos observou os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, mantendo aderência à Política de Investimentos; no período, o cenário econômico apresentou-se desafiador, com juros elevados e volatilidade nos mercados, ainda assim a carteira manteve perfil conservador, com predominância de renda fixa e adequada diversificação; verificou-se elevada concentração em títulos públicos federais e ativos de baixo risco, com significativa parcela classificada como AAA, reforçando a solidez da carteira; por fim, registrou-se rentabilidade de 7,64% no semestre, superando a meta atuarial de 3,87%, evidenciando a efetividade da estratégia adotada e a conformidade da gestão com os objetivos previdenciários do Instituto. Em seguida, foi apresentado e analisado o **Relatório de Acompanhamento da Execução da Política de**

7  
Avante

**Investimentos** do Instituto referente ao exercício de 2025, elaborado em conformidade com art. 101, §3º da Portaria MTP nº 1.467/2022, o qual evidenciou a aderência da carteira à Política de Investimentos vigente e às normas aplicáveis, com acompanhamento dos resultados, alocações, indicadores e limites regulamentares; no período, o cenário econômico foi marcado por incertezas globais, juros elevados e política monetária restritiva, ainda assim os ativos domésticos apresentaram desempenho positivo; verificou-se que a carteira manteve adequada diversificação e enquadramento, com gestão pautada no monitoramento contínuo dos riscos e das condições de mercado; quanto ao desempenho, a carteira encerrou o exercício com rentabilidade acumulada de 15,62%, superando a meta atuarial de 9,77%, equivalente a 159,87% do objetivo no período, com evolução patrimonial positiva; dessa forma, conclui-se que a execução da política de investimentos foi conduzida de maneira eficiente, em conformidade com a legislação vigente e alinhada à preservação da solvência e aos objetivos previdenciários do Instituto. E ainda, em atendimento ao art. 136 da Portaria MTP 1.467/2022 foi apresentado o **Relatório Trimestral da Carteira de Investimentos** referente ao período de janeiro a março de 2026, no qual se verifica que o patrimônio totalizou R\$ 162.105.326,45 ao final do período, com rentabilidade acumulada de 4,07%, superando a meta atuarial no trimestre em 0,73 ponto percentual, apesar de no mês de março ter apresentado desempenho inferior à meta em 0,71 ponto percentual. Observa-se que a carteira permanece majoritariamente alocada em renda fixa, representando 83,11% dos investimentos, seguida por renda variável com 10,88%, fundos estruturados com 5,27% e investimentos no exterior com 0,74%, evidenciando o perfil conservador do IPRES e aderente à política de investimentos. Destaca-se que a maior exposição está nos segmentos enquadrados nos incisos 7, V e 7, I, os quais concentram a maior parte dos recursos e estão em conformidade com os limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025. Em relação à liquidez, verifica-se que 85,89% da carteira possui disponibilidade em até 30 dias, garantindo adequada capacidade para cumprimento das obrigações do regime. No que tange à diversificação, observa-se adequada distribuição entre instituições financeiras, com maior concentração na Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, sem indícios de desenquadramento que não seja passível. No desempenho dos ativos, destaca-se resultado positivo na maior parte dos fundos de renda fixa, enquanto na renda variável houve maior volatilidade, com alguns fundos apresentando desempenho negativo no período, especialmente no mês de março. Por fim, conclui-se que a carteira se encontra devidamente enquadrada, diversificada e alinhada à política de investimentos vigente, apresentando resultado satisfatório no trimestre, ainda que com oscilações pontuais no curto prazo, compatíveis com o cenário de mercado.

*Ataranta*  
*sub*

Logo depois, foi apresentado o **e-mail encaminhado pela XP** Investimentos informando sobre o investimento referente a primeira chamada de capital com o aporte realizado pelo fundo XP Selection Prime Master FIP, o qual efetuou o investimento por meio da aquisição de cotas do fundo Invisto I, em operação no mercado secundário, correspondente a aproximadamente 1% do capital comprometido do fundo; destacou-se que a Invisto é gestora de Venture Capital com atuação consolidada no sul do Brasil, focada em empresas de tecnologia em estágios iniciais, e que o fundo investido possui portfólio diversificado já alocado em companhias dos setores de seguros, saúde, tecnologia e soluções empresariais. Por conseguinte foi apresentado o **comunicado encaminhado pela XP** Investimentos acerca da taxa de equalização do fundo XP Selection Prime Feeder Institucional, no qual foi esclarecida a estrutura master-feeder adotada, em que os fundos feeders direcionam seus recursos ao fundo master, bem como a necessidade de aplicação da referida taxa em razão da entrada de novos investidores após a constituição inicial do portfólio, que já apresentava rentabilidade acumulada positiva; informou-se que foi realizado pagamento de taxa de equalização no montante equivalente a 1,4% do capital comprometido, destinado ao feeder varejo, com impacto pontual negativo na cota do feeder institucional, refletindo rentabilidade inicial aproximada de -5%, sendo destacado, contudo, que tal efeito tende a ser revertido à medida que ocorrerem novas chamadas de capital e equalização completa entre os veículos, passando a cota a refletir integralmente os resultados da estratégia. Posteriormente a sra. Cléia apresentou **Relatório trimestral de Despesas** Decorrentes das Aplicações dos Ativos Investidos, enviado pela Superintendente para conhecimento deste comitê, ressaltando que o mesmo estará sendo publicado no site do IPRES em atendimento ao art. 2º, §3º, II da Resolução CMN 5272/2026. O relatório apresenta a estrutura de despesas dos fundos da carteira, evidenciando a predominância de taxas de administração variando, em geral, entre 0,10% e 2,00% ao ano, com alguns fundos apresentando taxa máxima superior e incidência de taxa de performance, especialmente nos fundos de renda variável e multimercados, que chegam a até 20%; observa-se que a maior parte dos fundos de renda fixa não possui taxa de performance, mantendo apenas taxas administrativas reduzidas, enquanto fundos de ações e estratégias mais sofisticadas concentram as maiores cobranças; não há registro de custos de custódia ou corretagem no período, tampouco de outros custos adicionais contratados, indicando que as despesas do trimestre estiveram essencialmente relacionadas às taxas inerentes aos fundos investidos, em conformidade com a regulamentação vigente, sem apontamento de inconsistências ou cobranças extraordinárias.

Carante - 1  
ab

Por último, a sra. Cléia apresentou o **extrato do fundo BB RF Fluxo Soberano**, utilizado para pagamento das folhas de Benefício do RPPS, onde o mesmo possui o valor de R\$1.703.225,87, no entanto, em razão da Prefeitura de Sarzedo permanecer em atraso com os repasses das obrigações patronais desde o mês de agosto de 2025, este comitê decide por não realizar nenhum tipo de realocação deste valor para outro tipo de ativo, visando garantir o pagamento de no mínimo três folhas em um fundo de liquidez imediata. Finalizando, não havendo mais nada a se tratar, eu, Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva, lavrei a presente ata, que, após lida, votada e aprovada por todos os presentes, foi assinada por mim e pelos demais membros participantes.

Cléia Lemos Barroso Teófilo da Silva

Fábio Henrique Gomes

Valdirene Araújo Lacerda Santos